

### **III-234 - A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA BAHIA (LEI Nº 12.932/14) COMPARADA À POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI Nº 12.305/10)**

**Mateus Almeida Cunha<sup>(1)</sup>**

Engenheiro Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Mestrando em Meio Ambiente, Águas e Saneamento na Universidade Federal da Bahia (MAASA/UFBA); Coordenador de Resíduos Sólidos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR).

**Renavan Andrade Sobrinho**

Engenheiro Civil pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Engenheiro Sanitarista e Ambiental (UFBA); Mestre em Meio Ambiente, Águas e Saneamento (MAASA); MBA em Gestão Empresarial (FGV) e Pós graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho (FTC), Engenheiro de Projetos e Operações da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), Professor Assistente da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - Seção Bahia (ABES/BA).

**Endereço<sup>(1)</sup>:** 5ª Avenida nº 550, 4º andar, Ala Sul, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - Bahia - CEP: 41.745-004 - Brasil - Tel: +55 (71) 3118-3125 - e-mail: mateuscunha@hotmail.com.br

#### **RESUMO**

As Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico, instituídas por meio da Lei Federal nº 11.445/07 e regulamentadas pelo Decreto Regulamentador nº 7.217/10, se constituem como um importante marco regulatório do saneamento básico no Brasil. Das quatro componentes de saneamento básico, apenas resíduos sólidos possui legislação específica instituída (Lei Federal nº 12.350/10) e regulamentada (Decreto Federal nº 7.404/10).

Em 2009, antes da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10), foi criado o Grupo de Trabalho (GT PerSólidos), com o objetivo de elaborar a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA), coordenar o processo de elaboração e garantir o a participação social. O processo culminou com a publicação, no Diário Oficial do Estado, em 08 de janeiro de 2014, da Lei nº 12.932/14 que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

A PERS/BA foi elaborada em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ampliando-a e abordando importantes aspectos como a adoção de tecnologias limpas, a geração de renda, os benefícios sociais para os catadores, a educação ambiental, a destinação final ambientalmente adequada e a responsabilidade compartilhada entre geradores, poder público e sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Estadual de Resíduos, Política de Resíduos Sólidos, Resíduos Sólidos.

#### **INTRODUÇÃO**

Após a instituição das Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico, por meio da Lei Federal nº 11.445/07 e seu Decreto Regulamentador nº 7.217/10, o saneamento básico possuiu mais destaque no cenário nacional. Das quatro componentes do saneamento básico, apenas a componente de resíduos sólidos possui legislação específica, em âmbito nacional, cuja política foi instituída por meio da Lei Federal nº 12.305/10 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/10.

É necessário que todos os Estados elaborem e instituem as suas políticas de saneamento básico (e consequentemente de resíduos sólidos), com o objetivo de abordar as especificidades para esta esfera governamental. A Bahia foi o primeiro Estado a elaborar a Política Estadual de Saneamento Básico (Lei Estadual nº 11.172/08), após a publicação da Lei Federal nº 11.445/07. Em 2009, antes de instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Estado da Bahia criou um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA), que foi instituída em 07 de janeiro de 2014, por meio da Lei Estadual nº 12.932/14, publicada no Diário Oficial do Estado de 08 de janeiro de 2014.

Este artigo possui o objetivo de discorrer sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10), o processo de elaboração da Política Estadual de Resíduos Sólidos da Bahia (Lei Estadual nº 12.932/14) e apresentar breve comparação entre as duas políticas.

Este trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa normativa (leis, decretos e projeto de lei) sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10), seu Decreto Regulamentador nº 7.404/10 e a Política Estadual de Resíduos Sólidos da Bahia (Lei Estadual nº 12.932/14). Também foram utilizados relatórios da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR), sobre o processo de elaboração do anteprojeto da Política Estadual de Resíduos Sólidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### i. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): Lei Federal nº 12.305/10

O Brasil levou muitos anos sem um instrumento legal que estabelecesse as diretrizes nacionais sobre resíduos sólidos, de forma a orientar os Estados e os Municípios para a gestão e o gerenciamento adequados dessa componente do Saneamento Básico (BAHIA, 2011). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi o responsável pela elaboração do anteprojeto da política, com o objetivo de instituir, em nível nacional, os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes de resíduos sólidos, tendo como resultado a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída por meio da Lei Federal nº 12.305/10.

Segundo Freesz (2010) citado por Bahia (2011), há momentos importantes durante o processo de elaboração da PNRS, tais como:

- i. **em 2001** foi criada, pela Câmara dos Deputados, a criação e implementação da Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ii. **em 2003** foi criado o Programa Resíduos Sólidos Urbanos e realizada a 1ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA);
- iii. **em 2004** o MMA promoveu grupos de discussões interministeriais e de secretarias do Ministério para elaboração de proposta de projeto de lei da PNRS;
- iv. **em 2005** foi realizada a 2ª CNMA, tendo como um dos temas prioritários a componente resíduos sólidos;
- v. **em 2006** foi aprovado o Relatório Substitutivo que tratou do PL 203/91;
- vi. **em 2007** o Presidente Lula enviou ao Congresso Nacional, o texto da PNRS (PL 1991/07, que foi apensado ao PL 203/91), agregando o conteúdo da Lei nº 11.445/07, da Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/05), e seu Decreto regulamentador (Decreto nº. 6.017/2007), além de apresentar interfaces com as Políticas Nacionais de Meio Ambiente, de Educação Ambiental, de Recursos Hídricos, de Saúde, Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e de outras políticas que promovem a inclusão social;
- vii. **em 2008** foi criado um Grupo de Trabalho, da Câmara dos Deputados, para analisar a proposta do Governo;
- viii. **em 2009** a proposta da Subemenda Substitutiva Global foi encaminhada para votação em Plenário;
- ix. **em 2010** foi aprovado o substitutivo ao PL 203/91, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e, em dezembro deste ano, a política foi regulamentada por meio do Decreto Nº 7.404/10.

Quanto à destinação final ambientalmente adequada, foram considerados, os aterros controlados, os aterros sanitários, as unidades de compostagem, as unidades de tratamento por incineração e as unidades de triagem para reciclagem (IPEA, 2012).

Após a instituição da PNRS e o seu decreto regulamentador, o país passou a ter definidos legalmente princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos e com isso, aumentando a abrangência do seu marco regulatório no Saneamento Básico. Diversos aspectos importantes são abordados na PNRS, dentre eles:

- i. responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;
- ii. necessidade de elaboração de planos de resíduos sólidos (até agosto de 2012);
- iii. encerramento de lixões (até agosto de 2014);
- iv. necessidade de elaboração de planos de resíduos sólidos para o acesso a recursos da União;
- v. logística reversa;
- vi. princípios da prevenção e da precaução;
- vii. princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor;

- viii. integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações de responsabilidade compartilhada;
- ix. altera a Lei de Licitações e Contratações (Lei nº 8.666/93);
- x. o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

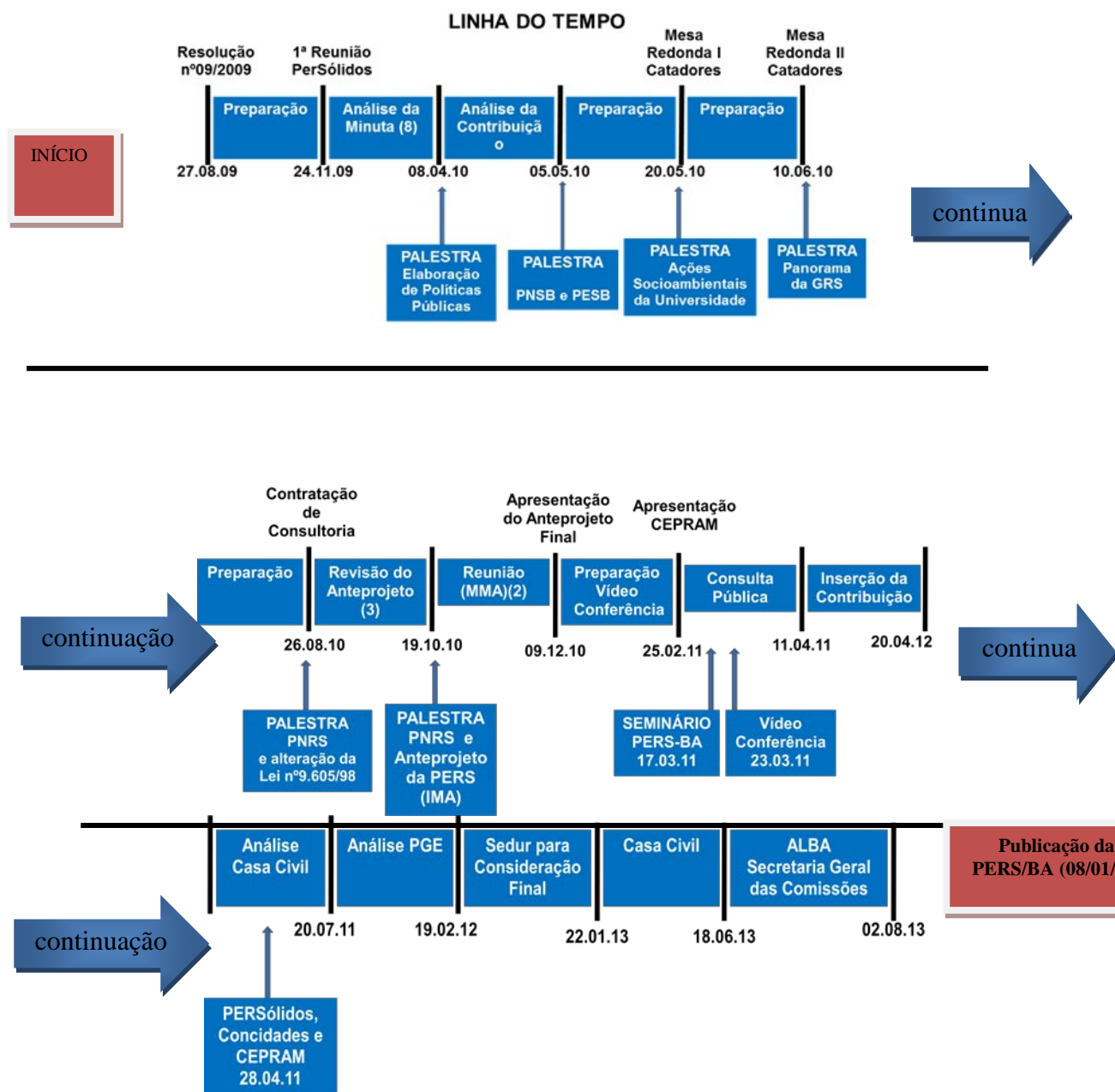
A 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (4ª CNMA), realizada em Brasília, em 2013, teve como tema principal *Resíduos Sólidos*. Dentre as diversas propostas discutidas e aprovadas no evento, destaca-se a Proposta 14 (Eixo 2 - Redução dos Impactos Ambientais): *"Não prorrogar, por parte dos governos federal e estadual, os prazos definidos na política nacional e estadual de resíduos sólidos, e que os próximos prazos de novos programas a serem estabelecidos sejam coincidentes com os mandatos municipais"*. Tal proposta reitera os prazos de elaboração de planos de resíduos sólidos (agosto de 2012) e de encerramento de lixões (agosto de 2014) previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## **ii. A Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA): Lei Estadual nº 12.932/14**

A Bahia (IBGE, 2010) é o 5º maior estado brasileiro (564,7 mil km²), possui 417 municípios, uma população de aproximadamente 14 milhões de habitantes e foi o primeiro estado brasileiro a instituir a Política Estadual de Saneamento Básico (Lei Estadual nº 11.172/08), após a publicação das Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/07).

Quanto à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, de acordo com a *Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia* (BAHIA, 2012) o estado possui: (i) uma Unidade de Compostagem e Reciclagem; (ii) 22 Aterros Sanitários Convencionais (ASC), que atendem a 25 municípios; (iii) 35 Aterros Sanitários Simplificados (ASS) que atendem a 39 municípios. A quantidade de municípios atendidos é maior que a quantidade de aterros, pois diversos aterros são compartilhados com dois ou mais municípios, como o caso do Aterro Metropolitano Centro, que atende os municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Diante desse cenário, em 2009 foi iniciado o processo de elaboração da Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA), pelo Poder Executivo. O processo foi conduzido por meio do Grupo de Trabalho (GT) PerSólidos, sob a coordenação da Superintendência de Saneamento (SAN) da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR). O GT PerSólidos foi criado por meio da Resolução nº 09/09 do Conselho Estadual das Cidades da Bahia (ConCidades/BA), cujo objetivo principal foi a promoção e garantia da participação social durante o processo de elaboração do anteprojeto da PERS/BA (BAHIA, 2011). A Figura 1 apresenta a linha do tempo com o processo de elaboração da Política Estadual de Resíduos Sólidos.



**Figura 1 – Linha do Tempo do Processo de Elaboração da Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA)**

O processo de elaboração do anteprojeto da PERS/BA foi democrático e participativo, culminando no Projeto de Lei nº 20.575/13 (PL 20.575/13) que viria a se transformar na Lei Estadual nº 12.932/14. De acordo com Bahia (2011), durante o período de Consulta Pública foram recebidas 189 contribuições de diferentes entidades: (i) sociedade civil; (ii) academia (UFBA, UEFS, UESB, Área 1, Universidade de Coimbra); (iii) associações (ABES/BA, Abetre, CIEA, Fórum Lixo e Cidadania/BA); (iv) catadores (cooperativas, MNCR); (v) Poder Público Estadual e Municipal (Conder, SUCAB, SEMA, SEDUR, MPE, Limpec); (vi) setor empresarial (Sinduscon, FIEB, Petrobras). O resultado da quantidade de contribuições da consulta pública, por entidade, é apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Quantidade de Contribuições da Consulta Pública da Política Estadual de Resíduos Sólidos**

Entidade	Quantidade de contribuições
Sociedade Civil	17
Academia	29
Associações	30
Cooperativas de Catadores	48
Poder Público	38
Setor Empresarial	27
<b>TOTAL</b>	<b>189</b>

Os **Objetivos** da Lei Estadual nº 12.932/14 estabelecidos são:

- não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, devendo ser observada essa ordem de prioridade na gestão e no gerenciamento integrados de resíduos sólidos;
- a proteção e a melhoria da saúde pública e da qualidade do meio ambiente;
- a adoção de padrões e práticas sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- a geração de benefícios sociais e econômicos.

Os **Instrumentos** definidos pela Lei Estadual nº 12.932/14 estão em sintonia com a Lei Federal nº 12.305/10, aplicando-se as necessidades de acordo com as especificidades estaduais, sendo:

- os Planos de Resíduos Sólidos;
- o Sistema Estadual de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos;
- o Sistema Estadual de Informações de Saneamento Básico, o Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos - SEIA e demais sistemas de informações estaduais, nos quais deverão estar inseridas as informações sobre a gestão de resíduos sólidos;
- os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;
- o Cadastro Estadual de Operadores de Resíduos Perigosos;
- a coleta seletiva e os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- os instrumentos econômicos, fiscais, financeiros e creditícios;
- a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de novos produtos, métodos, processos e tecnologias sociais sustentáveis e de gestão voltadas para a reutilização, reciclagem, distintas formas de tratamento de resíduos, bem como a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;
- a educação ambiental;
- os instrumentos previstos na legislação ambiental, de recursos hídricos, de saneamento, de saúde e agropecuária do Estado da Bahia, com ênfase no incentivo à adoção de consórcios públicos ou em outras formas de cooperação entre os entes federados, visando à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos;
- os acordos setoriais e os termos de compromisso.

**iii. Comparação entre a PNRS (Lei Federal nº 12.305/10) e a PERS/BA (Lei Estadual nº 12.932/14)**

Como a Política Estadual de Resíduos Sólidos foi elaborada em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, elas possuem equivalência quanto à forma e conteúdo, incluindo os Princípios, Objetivos,



Instrumentos e Diretrizes. A Lei Federal nº 12.305/10 possui quatro Títulos, dez Capítulos, 57 Artigos, 11 Princípios, 15 Objetivos e 18 Instrumentos, enquanto que a Lei Estadual nº 12.932/14 tem cinco Títulos, dez Capítulos, 70 Artigos, 13 Princípios, quatro Objetivos e 11 Instrumentos. A Tabela 2 apresenta a síntese da comparação entre as duas políticas.

**Tabela 2 – Comparação Entre a PNRS e a PERS/BA**

<b>Parâmetro</b>	<b>Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10)</b>	<b>Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Estadual nº 12.932/14)</b>
Títulos	04	05
Capítulos	10	10
Artigos	57	70
Princípios	11	13
Objetivos	15	04
Instrumentos	18	11

Quanto aos **Princípios** que são apresentados na Política Estadual, quando comparado à Nacional, têm-se, adicionalmente:

- i. da educação ambiental;
- ii. da universalização do acesso aos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- iii. da inclusão social nos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos;
- iv. do respeito à ordem de prioridade estabelecida nessa Lei para o gerenciamento de resíduos sólidos.

Apesar da Lei Federal possuir mais **Objetivos**, a Lei Estadual acresce a geração de benefícios sociais e econômicos. Quanto à Classificação dos resíduos sólidos, a PERS/BA acresce a definição de resíduos quanto à origem os resíduos cemiteriais, que são os gerados nos cemitérios, subdivididos em humanos e não humanos, resultantes da exumação dos corpos e da limpeza e manutenção periódica dos cemitérios.

Dentre os **Instrumentos** definidos nas duas leis, a Lei Estadual nº 12.932/14, quando se refere aos Sistemas de Informações, além de instituir o Sistema de Informações de Saneamento Básico (apresentado na Federal), institui também o Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA) e demais sistemas de informações estaduais, nos quais deverão estar inseridas as informações sobre a gestão de resíduos sólidos.

A **Educação Ambiental** também possui destaque na PERS/BA (Lei Estadual nº 12.932/14), considerando-a como parte integrante da Política Estadual de Resíduos Sólidos e tendo como objetivo planejar, coordenar, orientar e integrar as ações de educação ambiental, com vistas à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços, bem como à gestão e ao gerenciamento integrado e ambientalmente adequado dos resíduos sólidos (BAHIA, 2014).

## CONCLUSÃO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída por meio da Lei Federal nº 12.305/10 reforça e busca garantir a implementação de soluções integradas e priorizar as soluções consorciadas. A Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA), instituída pela Lei Estadual nº 12.932/14, dispõe sobre seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, e estabelece normas relativas à gestão e ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos, em regime de cooperação com o setor público, o setor empresarial e os demais segmentos da sociedade civil.

O processo de elaboração do anteprojeto da PERS/BA foi realizado de forma democrática, participativa e respeitando o controle social, do período de 2009 (formalização de grupo de trabalho) a 2014 (publicação da lei). Isso foi possível devido à criação de Grupo de Trabalho específico (GT PerSólidos) para acompanhar e direcionar as discussões.

A PERS/BA está em consonância com a PNRS e, dentre os diversos aspectos abordados, destacam-se:

- i. a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- ii. a articulação com a legislação estadual;
- iii. o planejamento e a gestão;
- iv. a logística reversa;
- v. a produção e o consumo sustentáveis;
- vi. a educação ambiental;
- vii. a gestão associada (consórcios públicos);
- viii. a valorização dos resíduos sólidos como um bem econômico e social;
- ix. a articulação do Sistema de Informação;
- x. o controle social.

A Política Estadual de Resíduos Sólidos (Bahia), instituída por meio da Lei Estadual nº 12.932/14 se estabelece como um importante marco regulatório para o Estado da Bahia, pode proporcionar a melhoria na gestão dos resíduos sólidos, consistindo como um desafio para a sua efetiva implementação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAHIA. Projeto de Lei Estadual nº 20.575/13. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. 2013.
2. BAHIA. Lei Estadual nº 12.932/14. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. 2014.
3. BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR). Relatório do Processo de Elaboração do Anteprojeto de Lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA). 2011. Não publicado.
4. BARROS, Rafael Tobias de Vasconcelos. Elementos de Resíduos Sólidos. Belo Horizonte. Editora Tessitura, 2012.
5. BRASIL. Lei Federal nº 11.445. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. 2007.
6. \_\_\_\_\_. Decreto Federal nº 7.404. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. 2010
7. \_\_\_\_\_. Decreto Federal 7.217. Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. 2010.
8. \_\_\_\_\_. Lei nº 12.305/10. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010
9. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de Pesquisa: Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos. 2012.
10. \_\_\_\_\_. Resultado Final da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA). 2013. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80054/RESULTADO-FINAL-4CNMA1.pdf> >. Acesso: 29 mar 2014.